



**PARECER JURÍDICO**

**PARECER LICITATÓRIO: Nº 040/2017**

**ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 001/2016 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20150015**

**OBJETO:** Contratação de serviço de reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas nos âmbitos nacional e internacional e demais serviços correlatos (passagens rodoviárias e ferroviárias no âmbito internacional, serviços de hospedagem e veículos terrestres de qualquer porte, de traslado, de seguro de saúde e bagagem), para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Sobral.

**ENTE INTERESSADO:** Secretaria de Gestão do Município de Sobral

**ÓRGÃO GESTOR:** Casa Civil do Governador do Estado do Ceará

Versam os presentes autos sobre pedido enviado pela Secretaria de Gestão do Município de Sobral para adesão à Ata de Registro de Preços nº. **001/2016** (Pregão Eletrônico nº 20150015), que tem como órgão gestor a Casa Civil do Governador do Estado do Ceará. A referida adesão tem o intuito de contratar a empresa Casablanca Turismo e Viagens Ltda., participante da indigitada ata, para contratação de contratação de serviço de reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional e demais serviços correlatos (passagens rodoviárias e ferroviárias no âmbito internacional, serviços de hospedagem e veículos terrestres de qualquer porte, de traslado, de seguro de saúde e bagagem), para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Sobral.

Consta na justificativa técnica apresentada que a necessidade do serviço se dá para atender à demanda da Prefeitura Municipal de Sobral no melhor desempenho na gestão das atividades institucionais do Município, haja vista a existência de demandas de interesse local as quais são tratadas em diversas localidades do Brasil e, porventura, em outros países, cujo custeio deve ser controlado e quitado por meio de contrato oriundo desta adesão, o que visa diminuir os custos efetivos aos cofres públicos de valores que, inevitavelmente, ocorreria com um processo licitatório.

É o relatório. Passamos a opinar.

Ensina Ronny Charles, na obra "Leis de Licitações Públicas Comentadas" (p. 84, 2011), que o registro de preços é um procedimento permitido pela

087



legislação, de forma a facilitar a atuação da Administração em relação a futuras prestações de serviços e à aquisição gradual de bens. Utilizando esse procedimento, pode-se deflagrar certame licitatório em que o vencedor terá seus preços registrados, para que posteriores necessidades de obtenção dos bens e serviços sejam dirigidas diretamente a ele, de acordo com os preços aferidos e de modo proporcional à demanda da Administração.

Cumprido destacar que há procedimento, denominado "carona" ou "adesão à ata de registro de preços", acessório à formação da ata de registro de preço, consistente na adesão a esta por outros Entes públicos. Tal instituto encontra amparo legal e constitucional e está regulamentado pelo Decreto Federal nº 3.931/2001 e pelo Decreto Municipal nº 1387/2012.

Compulsando os autos, verifica-se que o Município de Sobral visa a aderir à Ata de Registro de Preços nº. 001/2016, formada através do Pregão Eletrônico nº 20150015 – Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, como órgão/ente não participante. Por este modo de aquisição, o órgão não participante, mesmo não figurando na origem do procedimento, possui a faculdade de aderir à ata de registro de preço após a devida consulta ao órgão gerenciador e a respectiva aceitação pelo fornecedor, condutas que foram devidamente observadas pelo requerente, que obteve anuência do gestor da ata bem como dos fornecedores. Outrossim, este pleito também obedece ao limite imposto por lei às contratações adicionais, que não devem ultrapassar cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preço. É o que consta no Decreto nº. 3931/01, em seu artigo 8º, *in verbis*:

Art. 8º. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.



§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Após analisar a solicitação da Secretaria de Gestão do Município de Sobral, verificamos que as especificações técnicas dos serviços solicitados são compatíveis com o que está disposto a ser fornecido pelas empresas participantes, não havendo, portanto, nenhum óbice quanto à sua utilização. Destacamos também que o procedimento ora requerido está em conformidade com os requisitos e definições dispostos na Lei 8.666/93, artigo 15, que trata das aquisições pelo Poder Público, bem como com o que consta no Decreto Municipal nº. 1387/2012, especificamente em seu artigo 12, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço, abaixo transcrito:

Art. 12. A AAP, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

089



§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

De fato não se percebe nenhuma impossibilidade para a adesão do Município de Sobral à ata de registro de preços em epígrafe através da modalidade de carona. Em verdade, tal ato se apresenta como imperativo de atendimento ao interesse público, princípio formador da atividade administrativa.

As peças processuais, até o presente momento carreado aos autos, são: requisição e autorização de elaboração do processo de Carona a Ata de Registro de Preço lavrada pela Casa Civil do Estado do Ceará; justificativa da necessidade do serviço a ser contratado; Ata de Registro de Preços nº 001/2016 vinculada ao Pregão Eletrônico nº 20150015; concordância do Órgão Gestor em ceder sua ata de registro de preços; documento que atesta a concordância do beneficiário da ata (fornecedor) em fornecer o bem ou serviços; edital da ata de registro de preços; publicação de aviso de licitação.

Salientamos que, conforme observado nos autos, não foram anexadas às certidões negativas fiscais e trabalhistas da empresa que irá contratar com o Município de Sobral, além de observarmos que as propostas utilizadas para determinar a média mercadológica destoam em mais de 300% (trezentos por cento) dos valores que irão ser contratados.

Impende destacar que a presente peça da lavra de advogado público tem caráter meramente opinativo acerca da viabilidade jurídica do pleito. Logo, as manifestações do advogado público não são deliberativas e nem vinculam o requerente, ficando a decisão a cargo da autoridade superior ordenadora de despesas. Tal entendimento emerge das decisões pacíficas e remansosas do Supremo Tribunal Federal que abaixo seguem transcritas:

### DECISÃO

"Advogado de empresa estatal que, chamado a opinar, oferece parecer sugerindo contratação direta, sem licitação, mediante interpretação da lei das licitações. Pretensão do Tribunal de Contas da União em responsabilizar o advogado solidariamente com o administrador que decidiu pela contratação direta: IMPOSSIBILIDADE, dado que o parecer não é ato administrativo,



sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa. Celso Antônio Bandeira de Mello, "Curso de Direito Administrativo", Malheiros Ed., 13ª ed., p. 377. II. - O advogado somente será civilmente responsável pelos danos causados a seus clientes ou a terceiros, se decorrentes de erro grave, inescusável, ou de ato ou omissão praticado com culpa, em sentido largo: Cód. Civil, art. 159; Lei 8.906/94, art. 32. III. - Mandado de Segurança deferido. (STF. Mandado de Segurança nº. 30928-DF. Relator Ministro Carlos Velloso. 05 de novembro de 2002)."

Ante o exposto, abstraídas as questões técnicas e resguardando o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, esta Procuradoria opina pela adesão à Ata de Registro de Preço nº 001/2016 pleiteada pela Secretaria de Gestão do Município de Sobral, desde que observadas as seguintes recomendações:

1. **RECOMENDA-SE** que sejam anexadas aos autos as certidões negativas fiscais, trabalhistas e outras documentações necessárias para contratação da empresa com este Município;
2. **RECOMENDA-SE** que sejam revistas as propostas que foram utilizadas para determinar a média mercadológica do serviço a ser contratado.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sobral - Ceará, aos 07 de fevereiro de 2017.

  
Alexandre Henrique Lopes Lins  
Procurador Geral do Município de Sobral  
OAB-CE n.º 22.348

APROVO O PARECER  
E CHAMO A ATENÇÃO  
AS SUGESTÕES DAS  
POSTAS NO PARE-  
CER.

091



## PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

**LEI N.º 1606 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2017** - Autoriza o Poder Executivo a municipalizar trecho de rodovia federal, e dá outras providências. A CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL aprovou e o Prefeito Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei: Art. 1.º. Fica o Município de Sobral autorizado a municipalizar o trecho de rodovia federal BR 222, Acesso Leste, do Km 0,0 ao Km 3,8 (Avenida Fernandes Távora), e Acesso Oeste, do Km 0,0 ao Km 2,5 (Senador Ermirio de Moraes), inserido na Zona Urbana de Sobral, mediante formalização de transferência de titularidade da União para este Município, conforme indica o croqui que faz parte integrante do presente. Parágrafo único. Os serviços de manutenção e fiscalização dos trechos a serem municipalizados passarão para a responsabilidade do Município de Sobral, a partir da assinatura do termo de transferência e publicação do seu extrato no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Município de Sobral. Art. 2.º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de cooperação mútua com a União, com o objetivo de implementar as ações necessárias à viabilização da municipalização dos trechos de que trata esta Lei. Art. 3.º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, com o fim de viabilizar a realização de obras nos referidos trechos. Art. 4.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 03 de fevereiro de 2017. IVO FERREIRA GOMES - Prefeito Municipal.

**LEI N.º 1607 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2017 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** A CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL aprovou e o Prefeito Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei: TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Art. 1.º. Esta Lei estabelece a organização básica da Administração Pública Municipal, bem como define os órgãos e entidades que a integram. Art. 2.º. O Poder Executivo tem a missão básica de conceber e implantar políticas públicas, planos, programas, projetos e ações que traduzam, de forma ordenada, os princípios emanados da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Ceará e da Lei Orgânica do Município de Sobral, das demais normas, dos objetivos e das metas de Governo, em estreita articulação com os demais Poderes e com os outros níveis de Governo. Art. 3.º. O Poder Executivo será exercido pelo Prefeito, auxiliado diretamente pelo(a) Vice-Prefeito(a), Secretários Municipais e Dirigentes das Entidades da Administração Indireta, objetivando o cumprimento de suas atribuições e competências constitucionais, legais e regulamentares. Art. 4.º. A Administração Pública Municipal compreende os órgãos da Administração Direta e as entidades da Administração Indireta que atuam na esfera do Poder Executivo. Art. 5.º. A Administração Direta é organizada com base na hierarquia e na desconcentração, sendo composta pelos órgãos que integram a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, desprovidos de personalidade jurídica própria, os quais podem dispor de autonomia, nos termos da Lei. Art. 6.º. A organização e o funcionamento da Administração Direta serão regulados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal que, nos termos e limites das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município de Sobral, e respeitadas as áreas de competências previstas em Lei, poderá: I. estabelecer a estrutura interna dos órgãos do Poder Executivo, observada a estrutura básica prevista nesta Lei; II. desmembrar, concentrar, deslocar ou realocar atribuições de órgãos, e; III. redistribuir cargos e funções entre órgãos. Art. 7.º. A Administração Indireta é organizada com base na descentralização, sendo integrada por entidades dotadas de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa e funcional, vinculadas aos fins definidos em suas Leis específicas. Art. 8.º. A organização e o funcionamento das entidades que

compõem a Administração Indireta serão regulados por suas Leis específicas, observado o que dispõe a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Ceará e a Lei Orgânica do Município de Sobral. TÍTULO II - DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - CAPÍTULO I - DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Seção I - DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR - Art. 9.º. A estrutura organizacional da Prefeitura é a seguinte: 1. Gabinete do Prefeito (GABPREF); 2. Gabinete do(a) Vice-Prefeito(a) (GABVICE); 3. Procuradoria Geral do Município (PGM); 4. Secretaria Municipal da Educação (SME); 5. Secretaria Municipal da Saúde (SMS); 6. Secretaria de Obras, Mobilidade e Serviços Públicos (SECOMP); 7. Secretaria da Segurança e Cidadania (SESEC); 8. Secretaria do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA); 9. Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social (SDHAS); 10. Secretaria da Cultura, Juventude, Esporte e Lazer (SECJEL); 11. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico (STDE); 12. Secretaria da Ouvidoria, Controladoria e Gestão (SECOG); 13. Secretaria do Orçamento e Finanças (SEFIN). Seção II - DOS ÓRGÃOS HIERARQUICAMENTE SUBORDINADOS - Art. 10. São órgãos da Administração Direta, hierarquicamente subordinados na forma de desconcentração administrativa: 1. Subordinados à Secretaria do Orçamento e das Finanças: 1.1. Central de Licitações da Prefeitura de Sobral (CELIC). 2. Subordinados à Secretaria da Segurança e Cidadania: 2.1. Guarda Municipal de Sobral (GMS) 2.2. Coordenadoria Municipal de Trânsito (CMT) CAPÍTULO II - DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - Art. 11. A Administração Indireta do Poder Executivo do Município de Sobral é composta pelas autarquias, previstas neste Capítulo. Seção I - DAS AUTARQUIAS - Art. 12. As Autarquias, pessoas jurídicas de direito público dotadas de autonomia administrativa e financeira, são as seguintes: 1. Vinculada à Secretaria de Obras, Mobilidade e Serviços Públicos (SECOMP): 1.1. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral (SAAE). 2. Vinculada à Secretaria do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA): 2.1. Autarquia Municipal do Meio Ambiente (AMA). CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS ESPECIAIS E ASSEMELHADOS - Seção I - DOS FUNDOS MUNICIPAIS - Art. 13. Os Fundos Municipais, instrumentos de natureza contábil, são os seguintes: 1. Vinculado à Secretaria Municipal da Educação: 1.1. Fundo de Desenvolvimento e Autonomia da Escola (FUNDAE). 1.2. Fundo para o Desenvolvimento e Autonomia dos Centros de Referência da Educação Infantil (FUNDECREI). 2. Vinculado à Secretaria Municipal da Saúde: 2.1. Fundo Municipal de Saúde (FMS). 2.2. Fundo Municipal Antidrogas (FMA). 3. Vinculado à Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente: 3.1. Fundo Socioambiental do Município de Sobral (FUNSAMS). 4. Vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico: 4.1. Fundo de Desenvolvimento Municipal. 4.2. Fundo Municipal de Permanente Controle às Secas. 4.3. Fundo Municipal de Irrigação. 4.4. Fundo de Aval do Município (FAM). 4.5. Fundo de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Econômico de Sobral - PRODECON. 5. Vinculado à Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social: 5.1. Fundo Municipal do Bem-Estar Social. 5.2. Fundo de Apoio aos Portadores de Deficiências. 5.3. Fundo Municipal de Assistência Social. 5.4. Fundo Municipal de Seguridade Social - FMSS. 5.5. Fundo Municipal de Apoio a Habitação Popular - FUMHAB. 5.6. Fundo Municipal das Defesas e dos Direitos Difusos - FMDD. 5.7. Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS. 5.8. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. 6. Vinculado à Secretaria da Cultura, Juventude, Esporte e Lazer: 6.1. Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural. Seção II - DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL - Art. 14. Os Conselhos Municipais são órgãos especiais de participação direta da sociedade na



Prefeitura Municipal de Sobral  
Secretaria da Gestão  
Imprensa Oficial do Município



Ivo Ferreira Gomes Prefeito Municipal	Alcandro Henrique Lopes Linhares Procurador Geral do Município	David Machado Bastos Secretário de Obras
Christianne Marie Aguiar Coelho Vice-Prefeita	Raimundo Inácio Neto Controlador e Ouvidor Geral do Município	Marília Gouveia Ferreira Lima Secretária de Urbanismo
David Gabriel Ferreira Duarte Chefe de Gabinete do Prefeito	Ricardo Santos Teixeira Secretário da Gestão	Marcos de Aguiar Villas-Bóas Secretário da Tecnologia e Desenvolvimento Econômico
Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Município	Francisco Herbert Lima Vasconcelos Secretário da Educação	Marcos de Aguiar Villas-Bóas Secretário da Agricultura e Pecuária - Interino
	Gerardo Cristino Filho Secretário da Saúde	Igor José Araújo Bezerra Secretário do Esporte - Interino
	Igor José Araújo Bezerra Secretário da Cultura e do Turismo	Francisco Erlânio Matoso de Almeida Secretário da Segurança e Cidadania
	David Machado Bastos Secretário de Conservação e Serviços Públicos - Interino	Julio Cesar da Costa Alexandre Secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza

Publicação de responsabilidade da Imprensa Oficial do Município de Sobral.  
Rua Viriato de Medeiros, 1250 - Centro - CEP: 62011-065 | CNPJ: 07.598.634/0001-37 | (88) 3677-1175  
www.sobral.ce.gov.br/impresso | [iom@sobral.ce.gov.br](mailto:iom@sobral.ce.gov.br)

Administração Pública e têm por finalidade propor, fiscalizar e acompanhar as ações do poder público municipal, sem prejuízo de outras finalidades previstas nas leis específicas de cada conselho. Parágrafo único. A criação de Conselhos Municipais deverá observar o disposto na Lei Orgânica do Município de Sobral. Art. 15. Os órgãos e entidades aos quais estão vinculados os Conselhos Municipais deverão garantir a sua estruturação e o seu pleno funcionamento. Art. 16. A secretaria executiva de cada Conselho Municipal deverá ser exercida pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado. Art. 17. Os Conselhos Municipais de participação social que integram a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal são os seguintes: 1. Vinculado à Secretaria Municipal da Educação: 1.1. Conselhos Escolares; 2.2. Conselho Municipal de Educação (CME); 2.3. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE); 2.4. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CADEB). 2. Vinculado à Secretaria Municipal da Saúde: 2.1. Conselho Municipal de Saúde (CMS); 2.2. Conselho Municipal Antidrogas (COMAD); 2.3. Conselho Gestor do Telecentro Comunitário (CGTC). 3. Vinculado à Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente: 3.1. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente da cidade de Sobral; 3.2. Conselho Municipal do Plano Diretor (CMPD); 3.3. Conselho Gestor do Fundo Socioambiental do município de Sobral. 4. Vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico: 4.1. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sobral; 4.2. Conselho Municipal do Trabalho; 4.3. Conselho Municipal de Turismo; 4.4. Conselho de Economia Solidária; 4.5. Fundo de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Econômico de Sobral – PRODECON. 5. Vinculado à Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social: 5.1. Conselho de Apoio aos Portadores de Deficiências; 5.2. Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; 5.3. Conselho Municipal dos Direitos e Proteção do Idoso; 5.4. Conselho Municipal de Assistência Social; 5.5. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 5.6. Conselho Municipal de Habitação; 5.7. Conselho Gestor do FHIS; 5.8. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. 6. Vinculado à Secretaria da Cultura, Juventude, Esporte e Lazer: 6.1. Conselho Municipal de Política Cultural de Sobral; 6.2. Conselho Municipal da Juventude. 7. Vinculado à Secretaria de Obras, Mobilidade e Serviços Públicos: 7.1. Conselho Municipal de Transportes. 8. Vinculado ao Gabinete do(a) Vice-Prefeito(a): 8.1. Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Sobral. TÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS GERAIS - Seção I - DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Subseção I - DO GABINETE DO PREFEITO - Art. 18. O Gabinete do Prefeito

tem como finalidade promover o apoio técnico institucional às ações promovidas pelo Chefe do Poder Executivo e constituir-se como elo de integração entre as demandas dos municípios e o Poder Público Municipal, bem como promover a articulação do Governo, visando dar efetividade às ações do Município, competindo-lhe: I. exercer a coordenação-geral, assim como orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos do Gabinete, organizando agendas e audiências do Prefeito; II. promover a organização do cerimonial das solenidades realizadas no âmbito da Administração Municipal com a participação do Prefeito; III. assessorar o Prefeito na adoção de medidas administrativas que coadunem com a harmonia das iniciativas propostas pelos diferentes órgãos municipais, promovendo a articulação institucional necessária ao funcionamento do Governo; IV. promover atividades de coordenação político-administrativas da Prefeitura com os municípios pessoalmente ou por meio de entidades que os representem; V. apoiar a articulação política e as relações do Executivo com o Legislativo, apreciando as solicitações e sugestões, providenciando o seu encaminhamento às Secretarias da área específica, quando for o caso; VI. acompanhar a elaboração dos projetos de lei de interesse do Executivo, bem como sua tramitação na Câmara Municipal; VII. coordenar os programas e ações de participação social; VIII. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como novas que lhe forem delegadas. Subseção II - DO GABINETE DO(A) VICE-PREFEITO(A) - Art. 19. O Gabinete do(a) Vice-Prefeito(a) tem como finalidade promover o suporte às atividades desenvolvidas pelo(a) Vice-Prefeito(a), apoiando o desenvolvimento e a aplicação das políticas emanadas do Prefeito Municipal, competindo-lhe: I. prestar assistência a(o) Vice-Prefeito(a) na condução das questões e providências de seu expediente específico; II. atuar na articulação e integração entre órgãos do Governo e a coletividade, no âmbito de atuação do(a) Vice-Prefeito(a); III. exercer o controle sobre suas atividades, do ponto de vista administrativo e financeiro; IV. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas. Subseção III - DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - Art. 20. A Procuradoria Geral do Município de Sobral tem como finalidade a representação judicialmente e extrajudicial do Município, concedendo-lhes as atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo, atuando nos feitos em que tenha interesse direto ou indireto, competindo-lhe: I. representar judicial e extrajudicialmente o Município, em defesa de seus interesses, do seu patrimônio, e da Fazenda Pública, nas ações cíveis, trabalhistas e de acidentes do trabalho, falimentares e nos processos especiais em que for autor, réu ou terceiro interveniente; II. analisar a constitucionalidade das normas jurídicas provenientes do processo

legislativo municipal; III. elaborar ou analisar os atos administrativos necessários ao bom desenvolvimento da Administração Pública Municipal, avaliando sua constitucionalidade e legalidade, recomendando, quando for o caso, sua anulação, revogação ou as medidas administrativas e judiciais cabíveis; IV. promover, a cobrança amigável ou judicial da dívida ativa, tributária ou não, da Fazenda Pública, funcionando em todos os processos onde haja interesse da Administração Pública Municipal; V. representar os interesses do Município junto ao Contencioso Administrativo Tributário; VI. representar, em regime de colaboração, interesse de entidade da Administração Indireta em qualquer juízo ou tribunal, mediante solicitação da entidade; VII. coordenar e implantar as atividades de destinação de honorários decorrentes de sua atuação em juízo, observados o critério de participação coletiva dos procuradores municipais e a legislação específica; VIII. baixar atos para o desempenho das funções próprias da Procuradoria Geral do Município; IX. lotar e designar o local de exercício de Procuradores Municipais e das unidades de execução; X. exercer a supervisão, administração e coordenação das atividades gerais do órgão, inclusive, nas áreas do Contencioso e da Consultoria Geral. XI. promover, privativamente, a cobrança amigável ou judicial da dívida ativa, tributária ou não, da Fazenda Pública, funcionando em todos os processos que haja interesse fiscal do Município; XII. elaborar minutas de informações a serem prestadas ao Poder Judiciário, nos mandados de segurança em que o Prefeito, os Secretários do Município e demais autoridades de idêntico nível hierárquico da Administração Municipal forem apontadas como autoridades coatoras; XIII. representar ao Prefeito sobre providências de ordem jurídica que lhe pareçam reclamadas pelo interesse público e pela boa aplicação das leis vigentes; XIV. propor ao Prefeito, aos Secretários do Município e às autoridades de idêntico nível hierárquico as medidas que julgar necessárias à uniformização da legislação e da jurisprudência administrativa, tanto na Administração Direta como na Indireta e Fundacional; XV. exercer as funções de consultoria jurídica do Executivo e dos órgãos da Administração Direta e, quando for o caso, da Indireta; XVI. examinar os pedidos de dispensa e de declaração de inexigibilidade de licitação, que lhe forem propostos; XVII. fiscalizar a legalidade dos atos da administração pública direta, indireta e fundacional, propondo, quando for o caso, a anulação deles, ou quando necessário as ações judiciais cabíveis; XVIII. requisitar aos órgãos e entidades da Administração Municipal, certidões, cópias, exames, informações, diligências e esclarecimentos necessários ao cumprimento de suas finalidades institucionais; XIX. celebrar convênios com órgãos semelhantes dos demais Municípios que tenham por objetivo a troca de informações e o exercício de atividades de interesse comum, bem como o aperfeiçoamento e a especialização dos Procuradores do Município; XX. manter estágio de estudantes de Direito, na forma da legislação pertinente; XXI. propor medidas de caráter jurídico que visem a proteger o patrimônio do município ou aperfeiçoar as práticas administrativas; XXII. sugerir ao Prefeito e recomendar aos Secretários do Município a adoção de providências necessárias à boa aplicação das leis vigentes; XXIII. desenvolver atividades de relevante interesse municipal, das quais especificamente a encarregue o Prefeito Municipal; XXIV. transmitir aos Secretários do Município e a outras autoridades, diretrizes de teor jurídico, emanadas do Prefeito Municipal; XXV. cooperar na formação de proposições de caráter normativo. Parágrafo único. A Procuradoria Geral do Município tem por Chefe o Procurador Geral do Município, nomeado livremente pelo Prefeito Municipal, dentre advogados com notório saber jurídico e reputação ilibada, que gozará das prerrogativas e honras protocolares correspondentes às de Secretário do Município. Subseção IV - DA SECRETARIA DO ORÇAMENTO E FINANÇAS - Art. 21. A Secretaria do Orçamento e das Finanças tem como finalidade planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades financeiras do Município de Sobral, por meio da Política Fiscal nas suas vertentes tributária e orçamentária, competindo-lhe: I. coordenar, executar, fiscalizar e controlar as atividades referentes à Política Fiscal do Município de Sobral; II. manter e administrar o Cadastro Econômico e Imobiliário do Município; III. dirigir, orientar

e coordenar as atividades de tributação, arrecadação, fiscalização e controle dos tributos e demais rendas do Erário municipal; IV. efetuar a guarda e a movimentação dos recursos financeiros e de outros valores pertencentes ou confiados à Fazenda Municipal; V. coordenar e orientar a contabilidade do Município em todos os seus sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial, de resultados e de custos; VI. executar as atividades de classificação, registro e controle da dívida pública municipal, em todos os seus aspectos; VII. elaborar o balanço anual da administração municipal e as prestações de contas específicas de recursos financeiros repassados através de fundos especiais, convênios, contratos, acordos e outros mecanismos, quando exigidos; VIII. participar, em apoio à Secretaria da Ouvidoria, Controladoria e Gestão, da elaboração da proposta orçamentária e coordenar a aplicação dos recursos inerentes aos sistemas gerenciais de responsabilidade da Secretaria do Orçamento e das Finanças, constantes do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual do Município (LOA); IX. estabelecer controles e promover o acompanhamento necessário ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); X. proporcionar apoio técnico e administrativo ao Contencioso Administrativo Tributário do Município; XI. coordenar ações integradas, de sua área de competência, que envolvam órgãos e entidades componentes da Administração Municipal; XII. coordenar os processos de orçamento no âmbito da Administração Municipal; XIII. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas; XIV. participar da elaboração dos instrumentos de planejamento do Governo Municipal (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), atuando de forma conjunta com a Secretaria da Ouvidoria, Controle Interno e Gestão; XV. atuar na gestão fiscal e de resultados do Município; XVI. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas. Subseção V - DA SECRETARIA DA OUVIDORIA, CONTROLADORIA E GESTÃO - Art. 22. A Secretaria da Ouvidoria, Controladoria e Gestão tem como finalidade planejar, coordenar, articular, gerenciar, dar transparência e controlar as ações de gestão municipal, contribuindo para a qualidade da vida urbana, da prestação de serviços públicos visando à efetividade e qualidade na prestação dos serviços públicos do Município competindo-lhe: I. apoiar a formulação de indicadores para o sistema de Gestão por Resultados e o monitoramento dos programas estratégicos municipais; II. apoiar a avaliação das ações do Governo Municipal; III. promover o suporte para o monitoramento dos projetos do governo municipal; IV. definir políticas e coordenar os processos de suprimento, capacitação e gestão de pessoas; V. coordenar a gestão do patrimônio do Município; VI. definir políticas e coordenar a gestão da tecnologia da informação; VII. realizar a gestão das compras corporativas; VIII. coordenar o planejamento, estabelecer critérios de seleção e monitorar a contratação de serviços de mão de obra terceirizada para o Município; IX. definir políticas e programas de capacitação continuada para servidores públicos do Município; X. supervisionar a previdência social e a assistência médica dos servidores municipais; XI. promover a modernização administrativa da Prefeitura Municipal de Sobral por meio da adequação da sua organização administrativa e aperfeiçoamento dos processos; XII. coordenar a elaboração e promover a gestão dos instrumentos de planejamento do Governo Municipal (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), conjuntamente com a Secretaria do Orçamento e Finanças; XIII. apoiar e orientar os órgãos da administração municipal quanto ao cumprimento dos procedimentos legais que disciplinam a execução do gasto público; XIV. coordenar e executar auditoria interna preventiva e de controle, com vistas a orientar a gestão municipal; XV. gerir o portal da transparência da Prefeitura Municipal, assegurando o direito de acesso à informação; XVI. coordenar e executar a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, visando o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal; XVII. criar mecanismos, diretrizes

e rotinas voltadas à regular aplicação da Lei de Acesso à Informação e ao aperfeiçoamento da transparência; XVIII. Realizar, subsidiariamente e/ou complementarmente, procedimentos de sindicância que visem apurar conduta ou ato praticado por servidor público, remetendo os autos à Procuradoria Geral do Município nas situações em que se faça necessário a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, observado o disposto nas demais normas aplicáveis; XIX. exercer a função de ouvidoria geral do Município, recebendo, encaminhando, acompanhando e dando respostas às reclamações, denúncias, representações e sugestões referentes a procedimentos no âmbito da Administração Pública Municipal; XX. coordenar o processo de consulta à sociedade na formulação dos instrumentos de planejamento – PPA e LOA -, bem como monitorar a execução das demandas incorporadas aos referidos instrumentos; XXI. coordenar os processos de planejamento, orçamento e gestão no âmbito da Administração Municipal; XXII. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas. Subseção VI - DA SECRETARIA DA SEGURANÇA E CIDADANIA - Art. 23. A Secretaria da Segurança e Cidadania tem como finalidade definir e coordenar a execução das políticas, diretrizes e programas de segurança cidadã, de proteção e defesa civil, competindo-lhe: I. estabelecer as políticas, diretrizes e programas de Segurança Pública no Município de Sobral; II. executar, através de seus órgãos, as políticas públicas de interesse da pasta, coordenando e gerenciando a integração com as políticas sociais do Município que, direta ou indiretamente, interfiram nos assuntos de segurança da cidade; III. manter relação com os órgãos de segurança pública estaduais e federais, visando ação integrada no Município de Sobral, inclusive com planejamento e integração das comunicações; IV. realizar, diretamente ou através de parcerias, estudos e pesquisas de interesse da segurança pública; V. priorizar as ações de segurança pública através de dados estatísticos das polícias estaduais; VI. mediar conflitos sociais que, por sua natureza, possam dar origem a violência e criminalidade; VII. proteger o patrimônio público municipal; VIII. executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) em âmbito local; IX. Coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) no âmbito local, em articulação com os governos federal e estadual, nos termos da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012; X. executar as ações preventivas e emergenciais de Defesa Civil do Município, em parceria com órgãos de Defesa Civil das demais esferas; XI. atuar em atividades de segurança institucional, inclusive a proteção de assuntos sigilosos relevantes do Município de Sobral; XII. assessorar o Chefe do Poder Executivo Municipal na formulação das Políticas de Segurança Pública; XIII. coordenar, controlar e integrar as ações da Guarda Municipal de Sobral, da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil e da Coordenadoria Municipal de Trânsito; XIV. promover e coordenar a Política Municipal de Cidadania, mediante a formulação de diretrizes gerais e a identificação de prioridades, para assegurar os direitos, garantias e liberdades das pessoas; XV. capacitar e qualificar os executores de políticas sociais na oferta de serviços integrados que tem como foco os segmentos específicos comuns à proteção da cidadania; XVI. articular e encaminhar demandas de atendimento setorial que atuam em políticas afins aos segmentos específicos de proteção da cidadania, em especial a assistência social básica e especial, a política habitacional, a educação, a saúde, a segurança pública e a defesa do consumidor; XVII. complementar e potencializar ações de políticas públicas integradas que tenham como orientação os segmentos específicos de proteção da cidadania, desenvolvendo ações afirmativas com base na prática de programas voltados aos grupos desfavorecidos por sua condição de classe, gênero, raça, etnia, origem, orientação sexual, promovendo-lhes meios de garantia de seus direitos; XVIII. executar o acolhimento institucional referente aos segmentos específicos de proteção da cidadania, em especial os casos demandados pela justiça, conselho tutelar e órgãos de segurança pública; XIX. implementar e orientar a aplicação de metodologias de acolhimento para segmentos específicos de proteção a cidadania; XX. planejar e executar ações e projetos de Educação para a Cidadania; XXI. desempenhar outras atividades

necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas. Subseção VII - DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - Art. 24. A Secretaria Municipal da Educação tem como finalidade programar, coordenar e executar a política educacional na rede pública municipal de ensino, administrar o sistema de ensino e instalar e manter estabelecimentos públicos municipais de ensino, controlando e fiscalizando o seu funcionamento, mantendo e assegurando a universalização dos níveis de ensino sob responsabilidade do Município, visando proporcionar os meios necessários à oferta e qualidade dos serviços sob a responsabilidade do Município, competindo-lhe: I. definir políticas e diretrizes de educação, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com o Plano Nacional de Educação; II. atuar na gestão dos sistemas de ensino e dos modelos e métodos de ensino-aprendizagem; III. implementar os sistemas de avaliação da educação; IV. atuar na gestão das infraestruturas de ensino e dos recursos educacionais; V. atuar na gestão das redes de ensino; VI. administrar os quadros, os sistemas de carreiras da educação e de avaliação do desempenho docente; VII. assegurar o fornecimento do transporte e dos equipamentos de acessibilidade e mobilidade escolar aos estudantes; VIII. gerenciar e fornecer diretrizes para as aquisições e contratos de suprimento de materiais e equipamentos de ensino e de apoio à aprendizagem; IX. assegurar o fornecimento e a qualidade da alimentação escolar; X. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas. Subseção VIII - DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Art. 25. A Secretaria Municipal da Saúde tem como finalidade implementar a gestão do Sistema de Saúde, de Vigilância Sanitária, de Vigilância Epidemiológica, de Controle de Zoonoses e de Saúde do Trabalhador, mediante a definição das políticas públicas, diretrizes e programas para promover o atendimento integral a saúde da população do Município de Sobral, competindo-lhe: I. atuar na gestão dos serviços da rede municipal e cooperada para dar atenção integral à saúde: promoção, prevenção, cura e reabilitação, nos níveis primário, secundário e terciário; II. elaborar e manter atualizado o Plano Municipal de Saúde, com a participação da comunidade e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Saúde; III. efetivar os sistemas de controle e regulação dos processos e serviços municipais de saúde e dos sistemas de pactuação / contratualização de resultados; IV. implementar os processos e serviços municipais de urgência e emergência nos componentes - pré-hospitalar, hospitalar e pós-hospitalar; V. atuar na gestão das estruturas operacionais de postos, ambulatorios, hospitais e dos recursos especializados de atenção e de vigilância em saúde municipal; VI. gerir o Fundo Municipal de Saúde; VII. planejar, executar e avaliar os programas da área de Saúde, Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental, Controles de Zoonoses e Saúde do Trabalhador; VIII. proporcionar apoio técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Saúde; IX. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas. Subseção IX - DA SECRETARIA DE OBRAS, MOBILIDADE E SERVIÇOS PÚBLICOS - Art. 26. A Secretaria de Obras, Mobilidade e Serviços Públicos tem como finalidade a formulação de políticas públicas, diretrizes gerais, planejamento, implantação e monitoramento da infraestrutura concernentes às obras públicas e serviços públicos do Município de Sobral, competindo-lhe: I. planejar, elaborar, compatibilizar, coordenar, monitorar e aprovar projetos de infraestrutura e equipamentos públicos no Município de Sobral; II. planejar, coordenar, disciplinar, orientar, fiscalizar e executar obras de infraestrutura e equipamentos públicos no Município de Sobral; III. planejar, compatibilizar, aprovar e autorizar a execução de obras públicas nas vias e logradouros; IV. planejar, coordenar, disciplinar, orientar, fiscalizar e controlar as intervenções no sistema de drenagem do Município; V. gerir a produção própria de asfalto; VI. coordenar a relação institucional com órgãos e entidades dos demais entes federados para a execução de obras públicas; VII. realizar perícias e avaliações em bens de interesse público; VIII. articular-se com organizações governamentais ou não governamentais para a obtenção de suporte técnico e financeiro visando a implantação de

planos, programas e projetos relativos à infraestrutura; IX. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas; X. planejar, coordenar, disciplinar, executar e orientar as políticas públicas de transporte público; XI. planejar, coordenar, disciplinar, executar e orientar as políticas públicas de transporte público urbano; XII. planejar, coordenar, disciplinar, executar e operacionalizar as políticas públicas de limpeza urbana; XIII. planejar, coordenar, disciplinar e orientar a execução e operação das políticas públicas de resíduos sólidos, em consonância com as diretrizes dos órgãos e entidades públicas ambientais integrantes do SISNAMA; XIV. planejar, coordenar, disciplinar, executar e orientar as políticas públicas de iluminação pública; XV. planejar, coordenar, orientar, monitorar e executar atividades de conservação de vias públicas; XVI. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas.

Subseção X - DA SECRETARIA DA CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER - Art. 27. A Secretaria da Cultura, Juventude, Esporte e Lazer tem como finalidade formular e coordenar a execução das políticas públicas de cultura, juventude, esporte e lazer do Município de Sobral, além de formular e coordenar as políticas públicas, desenvolvendo ações que visem a proteção da memória e do patrimônio histórico artístico e cultural, promovendo a inclusão e integração social, qualidade de vida e incentivo a formação esportiva, através das Políticas de Esportes, Juventude e Lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e portadores de deficiência, visando melhorar a qualidade de vida e a inclusão social dos cidadãos e cidadãs do Município, competindo-lhe: I. formular e executar a política municipal de esportes, coordenando, supervisionando e incentivando a realização de atividades físicas, desportivas e recreativas, como instrumento de inclusão social e promoção do bem-estar físico e psicológico à população; II. promover a democratização do acesso às práticas de esporte e lazer com equidade, participação popular e qualidade para as comunidades de Sobral; III. acompanhar e monitorar a execução da política de esporte e lazer do Município; IV. disciplinar, regulamentar, coordenar e promover a realização de eventos e práticas esportivas inclusive em vias e logradouros públicos, articulando-se com órgãos e entidades do poder público e da iniciativa privada; V. desenvolver estudos, programas e projetos, objetivando a definição de áreas para a implantação e promoção das diversas modalidades esportivas, com vistas à recreação, ao lazer e à saúde; VI. incentivar a comunidade para o melhor aproveitamento dos espaços públicos ou recursos naturais para a prática de esportes; VII. coordenar e gerenciar os programas e os projetos a serem efetivados pela Administração Municipal nas áreas de esporte e lazer; VIII. operar e manter em boas condições de uso os equipamentos relacionados ao esporte sob a gestão da cidade, em conjunto com as Secretarias Regionais; IX. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas; X. definir políticas e diretrizes de cultura, em consonância com a Política Nacional de Cultura, com a Lei Orgânica do Município, e com os Planos Nacional e Municipal de Cultura, bem como estabelecer normas gerais para a efetivação das ações culturais do Município; XI. desenvolver, coordenar, acompanhar e monitorar as políticas públicas de cultura que possibilitem o reconhecimento, a pesquisa, a formação, a estruturação, o fomento, a defesa, a proteção, a preservação, a valorização e a difusão das mais variadas expressões culturais, entendendo a cultura como afirmação da vida em suas mais diversas formas de expressão, artísticas ou não artísticas, no âmbito do Município; XII. coordenar e gerenciar, tecnicamente, as propostas e projetos a serem efetivados pela Administração Municipal na área da cultura; XIII. desenvolver e gerir, em parceria com outros órgãos gestores da área social do Município, programas e ações intersetoriais que promovam e estimulem a inclusão e a emancipação social, fomentando as identidades e as diferenças, afirmando e reconhecendo a diversidade cultural existente; XIV. restaurar e preservar os bens culturais materiais e imateriais, móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio histórico e cultural do Município, com

sua proteção e valorização; XV. incentivar e difundir todas as formas de produção artística e literária, através da promoção de eventos culturais, envolvendo a comunidade em projetos específicos, para afirmar o cidadão-indivíduo enquanto agente cultural e guardião da memória coletiva; XVI. auxiliar a administração do tombamento total ou parcial de bens materiais e o registro de bens de natureza imaterial, móveis e imóveis, públicos e particulares, existentes no Município de Sobral; XVII. firmar contratos, convênios, termos de cooperação e de parceria com organismos públicos, em qualquer esfera de governo ou privados, nacionais e internacionais, em áreas pertinentes ao seu âmbito de atuação; XVIII. apoiar técnica e administrativamente o Conselho Municipal de Política Cultural de Sobral; XIX. promover a Conferência Municipal de Cultura, com ampla participação popular, objetivando a construção e o acompanhamento coletivo das políticas públicas; XX. estruturar e realizar cursos de formação e qualificação da população em geral, nas áreas de criação, produção, gestão e mercado cultural, primando pela democratização dos saberes e fazeres na cidade; XXI. gerenciar de forma autônoma e democrática os recursos destinados à cultura, os recursos do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, estes sob orientação e controle do Conselho Municipal de Política Cultural, tendo como referência as políticas públicas de cultura do Município e o Plano Municipal de Cultura; XXII. promover, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação (SME), a oferta de programas de ações culturais vinculados ao currículo escolar; XXIII. realizar estudos e pesquisas sobre a situação dos Jovens no Município; XXIV. planejar, gerenciar, integrar e executar, direta ou indiretamente, políticas e programas de interesse específico dos Jovens; XXV. desenvolver projetos e serviços voltados para o atendimento ao Jovem e ações voltadas para a garantia de direitos e da plena inserção do Jovem na vida econômica, social, política e cultural; XXVI. Desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas.

Subseção XI - DA SECRETARIA DO URBANISMO E MEIO AMBIENTE - Art. 28. A Secretaria do Urbanismo e Meio Ambiente tem como finalidade definir as políticas públicas, o planejamento, o ordenamento e o controle dos ambientes natural e construído no Município de Sobral, competindo-lhe: I. elaborar, coordenar, executar e monitorar as políticas e diretrizes relativas ao urbanismo e ao meio ambiente, bem como a sua implementação em articulação com as demais Secretarias Municipais avaliando, periodicamente, os resultados obtidos; II. elaborar, regulamentar e implementar os instrumentos da política urbana de que trata o art. 4º, III da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que instituiu o Estatuto da Cidade; III. elaborar, regulamentar e implementar os instrumentos da política municipal de meio ambiente, enquanto órgão local integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; IV. propor, em articulação com o órgão ou entidade municipal responsável, a formação de consórcio intermunicipal, objetivando melhorias nos ambientes natural e construído que ultrapassem os limites do Município de Sobral; V. proceder ao licenciamento de atividades ou empreendimentos, em conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica do Município, a legislação urbanística e a legislação ambiental municipal, estadual e federal em vigência; VI. exercer o controle, o monitoramento e a avaliação dos ambientes natural e construído do Município de Sobral; VII. apoiar o órgão ou entidade municipal responsável nos processos de cessão e concessão de uso de bens públicos; VIII. definir e aplicar as compensatórias previstas em Lei pelo não cumprimento das medidas necessárias ao controle dos ambientes natural e construído; IX. apoiar e orientar tecnicamente as Secretarias na aplicação das políticas e da legislação urbanística e ambiental municipal; X. articular-se com organizações governamentais ou não governamentais para a obtenção de suporte técnico e financeiro visando a implantação de planos, programas e projetos relativos aos temas do urbanismo e do meio ambiente; XI. disponibilizar informações para a sociedade sobre a questão urbanística e ambiental; XII. coordenar ações integradas na área de sua competência quando envolvam mais de um órgão municipal, estadual e/ou federal; XIII. administrar o tombamento total ou

parcial de bens materiais e o registro de bens de natureza imaterial, móveis e imóveis, públicos e particulares, existentes no Município de Sobral, bem como manter os livros do tomo, e preservar o bem tombado, quando for o caso; XIV. planejar, coordenar, disciplinar, orientar, fiscalizar e executar obras de infraestrutura e equipamentos públicos e privados no Município de Sobral; XV. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas. Subseção XII - DA SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - Art. 29. A Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social tem como finalidade estabelecer e promover as políticas públicas municipais de direitos humanos e de proteção e desenvolvimento da cidadania, combatendo a discriminação social de toda natureza, notadamente das minorias, formulando e coordenando a política habitacional do Município de Sobral, traçando diretrizes, estabelecendo metas, planejando e desenvolvendo programas específicos voltados para o desenvolvimento habitacional, a promoção do padrão habitacional da população carente do Município, através da implantação de habitações de interesse social, do planejamento e da execução de ações direcionadas à oferta de infraestrutura básica aos conjuntos habitacionais e à urbanização de assentamentos subnormais no Município, bem como ações de regularização fundiária, competindo-lhe: I. promover e coordenar a Política Municipal de Direitos Humanos, mediante a formulação de diretrizes gerais e a identificação de prioridades, para assegurar os direitos, garantias e liberdades das pessoas; II. capacitar e qualificar os executores de políticas sociais na oferta de serviços integrados que tem como foco os segmentos específicos comuns à proteção de direitos; III. promover a defesa dos direitos dos segmentos sociais específicos, por meio do acesso à justiça e órgãos de segurança pública; IV. articular e encaminhar demandas de atendimento setorial que atuam em políticas afins aos segmentos específicos de proteção de direitos, em especial a assistência social básica e especial, a política habitacional, a educação, a saúde, a segurança pública e a defesa do consumidor; V. complementar e potencializar ações de políticas públicas integradas que tenham como orientação os segmentos específicos de proteção de direitos, desenvolvendo ações afirmativas com base na prática de programas voltados aos grupos desfavorecidos por sua condição de classe, gênero, raça, etnia, origem, orientação sexual, promovendo-lhes meios de garantia de seus direitos; VI. executar o acolhimento institucional referente aos segmentos específicos de proteção de direitos, em especial os casos demandados pela justiça, conselho tutelar e órgãos de segurança pública; VII. implementar e orientar a aplicação de metodologias de acolhimento para segmentos específicos de proteção de direitos; VIII. planejar e executar ações e projetos de Educação para os Direitos Humanos; IX. propor, coordenar e executar estudos e pesquisas acerca de direitos humanos, objetivando subsidiar, através da população sistemática de conhecimento, a formulação e execução da Política Municipal de Direitos Humanos; X. gerir os fundos municipais vinculados à Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social; XI. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas. XII. definir, com a colaboração das demais Secretarias Municipais relacionadas aos temas de Habitação a Política e o Plano Habitacional para o Município de Sobral, observando as disposições do Plano Diretor do Município; XIII. realizar, estudos e pesquisas sobre a demanda de habitação no Município; XIV. elaborar programas habitacionais e de regularização fundiária que promovam a ocupação do território de forma equilibrada e sustentável; XV. planejar, coordenar, executar e acompanhar as ações de implantação de habitações de interesse social; XVI. planejar, coordenar e acompanhar as ações de regularização fundiária; XVII. mobilizar e articular as iniciativas de organizações governamentais e não-governamentais voltadas para habitações de interesse social; XVIII. promover políticas públicas de inclusão e inserção social das minorias; XIX. promover a captação de recursos de instituições nacionais e estrangeiras, destinados às ações voltadas para habitação; XX. elaborar e manter o cadastro dos

beneficiários dos programas habitacionais de interesse social implantados no Município; XXI. integrar os projetos habitacionais com os investimentos em saneamento básico e demais serviços urbanos; XXII. fomentar e intermediar a concessão de financiamentos para aquisição, construção, ampliação e reforma de moradias; XXIII. articular-se com os Municípios que integram a região metropolitana de Sobral, de modo a compatibilizar as ações e políticas de desenvolvimento habitacional e de regularização fundiária, com as ações de desenvolvimento do Entorno, no âmbito de sua competência; XXIV. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas. Subseção XIII - DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - Art. 30. A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico tem como finalidade implementar as ações estratégicas de desenvolvimento econômico autossustentável, gerenciando processos de indução e fomento ao desenvolvimento e implantação de novos negócios, envolvendo iniciativas de fortalecimento do sistema produtivo formal e informal, notadamente do comércio e da agricultura familiar, apoiando a concessão de flexibilidades e infraestruturas para implementação de negócios locais visando dar efetividade às ações do Município, competindo-lhe: I. formular políticas e diretrizes com vistas à implementação das ações do Município relacionadas ao desenvolvimento econômico; II. elaborar normas e padrões de operacionalização das atividades da Pasta e estabelecer prioridades que viabilizem a consecução dos objetivos preconizados pela política municipal; III. fortalecer e modernizar o sistema produtivo municipal, através de planos, programas, projetos e ações de fomento à produção e de aproveitamento do potencial de mercado; IV. estudar e propor, em articulação com a Secretaria do Orçamento e das Finanças, incentivos municipais para empreendimento de atividades produtivas consideradas fundamentais ou estratégicas; V. coordenar, controlar e manter atualizados sistemas de informações referentes ao desenvolvimento das atividades produtivas do Município, identificando, disponibilizando e difundindo oportunidades de geração e/ou incremento de negócios e as disponibilizando para a população; VI. estimular a geração de empreendimentos privados, associativistas, cooperativistas e comunitários; VII. promover direta ou indiretamente o financiamento de atividades produtivas da economia formal e informal, preferencialmente aquelas enquadradas nas linhas do microcrédito; VIII. promover e integrar atividades de profissionalização e qualificação de mão-de-obra com a geração de oportunidade de trabalho e renda, desenvolvimento e difusão de tecnologias, estimulando vocações e capacidades empreendedoras, diversificação das atividades econômicas e as condições de empregabilidade; IX. elaborar, em articulação com a Secretaria Municipal de Ouvidoria, Controladoria e Gestão, a proposta orçamentária e coordenar a aplicação dos recursos inerentes aos sistemas de responsabilidade da Pasta, constantes do Plano Plurianual, dos Planos Anuais e do Orçamento Anual do Município; X. apoiar tecnicamente e orientar as ações relacionadas voltadas para o desenvolvimento econômico, executadas pelas Secretarias; XI. coordenar ações integradas voltadas para o desenvolvimento econômico que envolvam mais de uma Secretaria; XII. promover o desenvolvimento do setor pesqueiro, reorganizando e incentivando programas socioeconômicos integrados, envolvendo atividades de produção; XIII. elaborar, encaminhar, acompanhar e implantar projetos estratégicos para captar recursos, financiamentos, investimentos e apoios instrumentais, desenvolvendo articulações institucionais e parcerias públicas, empresariais e não governamentais; XIV. articular e mobilizar as forças produtivas da comunidade para a promoção do desenvolvimento econômico autossustentável e a gestão participativa dos recursos públicos; XV. prestar assistência técnica e extensão rural, incentivando a agricultura familiar; XVI. promover a defesa sanitária animal e vegetal; XVII. desenvolver uma política de adequação do manejo do solo e da água, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário; XVIII. promover pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária; XIX. apoiar a defesa civil e promover e participar dos programas de

combate aos efeitos da estiagem; XX. estabelecer os valores a serem cobrados por meio de taxas, tarifas e preços públicos decorrentes da ocupação dos espaços sob domínio do Executivo Municipal; XXI. Desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas. Subseção XIV - DA CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE SOBRAL - Art. 31. A Central de Licitações da Prefeitura de Sobral tem como finalidade realizar os procedimentos licitatórios de interesse dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, visando proceder a padronização, alcançar a economicidade nas contratações públicas, a transparência nos processos licitatórios e a uniformização dos procedimentos, competindo-lhe: I. realizar os procedimentos licitatórios de interesse dos órgãos e entidades da administração pública municipal, as modalidades Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Concurso, Leilão, Pregão (presencial e eletrônico) e as denominadas Chamadas Públicas, bem como aquelas processadas sob o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC ou outros estabelecidos em Lei; II. processar as licitações internacionais, bem como as realizadas com financiamento de instituições internacionais, para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal; III. padronizar, sempre que possível, os Editais de Licitação; IV. supervisionar os procedimentos sob sua responsabilidade; V. realizar cotação de preços; VI. gerenciar as atas de registro de preços referente às contratações não corporativas; VII. conduzir os procedimentos administrativos voltados à aplicação de sanções a licitantes e contratados na forma da legislação aplicável; VIII. fazer controle de dispensas e inexigibilidades; IX. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas. Subseção XV - DA GUARDA MUNICIPAL DE SOBRAL - Art. 32. A Guarda Municipal de Sobral tem como finalidades precípua a defesa e a preservação do bem público municipal, além de zelar pelo cumprimento de todas as regras e regulamentos que viabilizem as condições de circulação de veículos automotores no solo desta municipalidade, no que diz respeito ao trânsito, tráfego e sinalização em vigor, competindo-lhe: I. providenciar a defesa e a preservação dos bens públicos do Município; II. executar serviços de vigilância diuturna nos logradouros públicos, proporcionando o fortalecimento da segurança urbana; III. fiscalizar o cumprimento de toda ordenação de trânsito e tráfego urbano existente e de interesse local; IV. manter a segurança pessoal do Prefeito; V. auxiliar os órgãos de defesa civil, em estados de calamidade pública ou em situações de emergência; VI. Desenvolver, conjuntamente, com órgãos municipais, estaduais e federais, campanhas de relevante interesse para os municípios; VII. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas. Subseção XVI - DA COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO - Art. 33. A Companhia Municipal de Trânsito, órgão de trânsito de direito público interno, vinculada à Secretaria da Segurança e Cidadania, tem as seguintes atribuições: I. organizar, controlar, fiscalizar e gerenciar o sistema de trânsito de veículos no âmbito do Município de Sobral; II. gerenciar, implantar e manter a sinalização nas vias públicas, no âmbito do Município de Sobral; III. executar a fiscalização de trânsito nas vias urbanas, lavrando autos de infração relativos à circulação, estacionamento e parada, e outros casos previstos na legislação de trânsito, aplicando as medidas administrativas cabíveis, no exercício regular do poder de polícia de trânsito; IV. coordenar e dirigir os setores de engenharia, controle e estatística e educação de trânsito no Município; V. realizar por meio de campanhas, ações educacionais dirigidas à população em geral; VI. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas. Seção II - DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - Subseção I - DA AUTARQUIA DE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOBRAL - Art. 34. A Autarquia de Serviços Autônomo de Água e Esgoto de Sobral tem como finalidade estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas em engenharia sanitária, de direito público ou privado, ou ainda em parceria com outros órgãos estatais,

as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários, competindo-lhe: I. atuar como órgão coordenador e fiscalizador dos convênios entre Município e órgãos federais ou estatais para estudos, projetos e obras de construção, ampliação ou remodelação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários; II. operar, manter, conservar e explorar diretamente, ou mediante contrato com organizações especializadas em engenharia sanitária, de direito público ou privado; ou ainda em parceria com outros órgãos estatais, os serviços de água potável e de esgotamento sanitários, fornecendo referidos serviços à população do Município de Sobral; III. lançar, fiscalizar e arrecadar as tarifas e demais espécies tributárias relativas aos serviços de água e esgotos que eventualmente incidirem sobre os imóveis beneficiados com tais serviços; IV. exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de água e esgotos, compatíveis com as leis gerais e especiais; V. contribuir com o zelo e a defesa dos cursos de água do Município contra a poluição, respeitadas as competências e atribuições previstas na legislação; VI. atuar preventivamente no sentido da otimização do consumo de água, bem como no uso racional da mesma, evitando políticas públicas neste mister e tudo o mais que, em consonância com as disposições de lei, se fizer necessário para tal; VII. promover treinamento de pessoal, fomentando estudos e pesquisas para o aperfeiçoamento de seus serviços, mantendo permanente intercâmbio com entidades que atuem no campo do saneamento; VIII. elaborar programas de execução de melhorias sanitárias domiciliares; IX. exercer quaisquer outras atividades relacionadas com o saneamento urbano e rural, desde que assegurados os recursos financeiros necessários; X. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas. Subseção II - DA AUTARQUIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - Art. 35. A Autarquia Municipal do Meio Ambiente tem como finalidade a execução das políticas públicas relacionadas à conservação e manutenção do ambiente natural do Município de Sobral, nos limites de suas atribuições, competindo-lhe: I. executar a política municipal de meio ambiente, visando a melhoria da qualidade de vida e a preservação dos recursos naturais do Município; II. executar o licenciamento ambiental obrigatório de atividades de impacto local ou daquelas que lhe forem delegadas por instâncias superiores; III. exercer o controle das fontes de poluição de forma a garantir o cumprimento dos padrões de emissão estabelecidos nos processos de licenciamento; IV. baixar Normas Técnicas e Administrativas necessárias ao cumprimento da legislação ambiental municipal; V. realizar estudos e pesquisas visando a melhoria da qualidade ambiental do município; VI. aprovar previamente todos os projetos urbanos a serem executados no Município e enquadrá-los, se for o caso, às normas ambientais vigentes; VII. desenvolver em todo o Município programa de educação ambiental formal e informal, objetivando alcançar uma consciência ecológica participativa, fortalecendo os princípios gerais de cidadania; VIII. executar uma política municipal de resíduos sólidos, incentivando a sua redução, o reaproveitamento e a reciclagem, inclusive monitorando os aterros sanitários existentes; IX. promover uma política de incentivo a criação de Unidades de Conservação, tanto públicas quanto privadas e administrar as existentes; X. colaborar com os órgãos competentes na implantação e manutenção de praças e áreas verdes, priorizando a vegetação nativa na arborização urbana; XI. aplicar no âmbito do Município as penalidades por infração à legislação ambiental vigente; XII. celebrar convênios e acordos com entidades públicas e privadas na busca da melhoria da qualidade ambiental do Município; XIII. desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, bem como outras que lhe forem delegadas. TÍTULO IV - DA ESTRUTURA BÁSICA DOS ÓRGÃOS - Art. 36. A estrutura organizacional básica dos órgãos da Administração Direta compreende: I. Direção superior, representado pelo Secretário Municipal, com funções relativas à liderança e articulação institucional ampla do setor de atividades consolidado pela Pasta, inclusive a representação e as relações intragovernamentais; II. Gerência superior, representado pelos Coordenadores, com funções

relativas à inteligência e liderança técnica do processo de implantação e controle de programas e projetos, e à ordenação das atividades de gerência dos meios administrativos necessários ao funcionamento da Pasta; III. Assessoramento, relativo às funções de apoio direto ao Secretário e aos Coordenadores nas suas responsabilidades; IV. Execução Programática, representado pelas unidades administrativas encarregadas das funções típicas da Pasta, consubstanciadas em programas e projetos ou em missões de caráter permanente; V. Execução Instrumental, representada pelas unidades administrativas e de tecnologia da informação responsável pela prestação dos serviços necessários ao funcionamento da Pasta. Art. 37. Respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Ceará e na Lei Orgânica do Município de Sobral, o Poder Executivo regulamentará por Decreto a organização, a estrutura, as atribuições e a distribuição dos cargos em comissão e o funcionamento dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta. Parágrafo único. A organização, a estrutura, as atribuições e o funcionamento das entidades da Administração Indireta, aí compreendidas as suas autarquias, bem como os Conselhos e Fundos Municipais são regulamentados por suas Leis específicas ou por seus estatutos próprios, conforme o caso. TÍTULO V - DA DIREÇÃO SUPERIOR - Art. 38. A direção superior dos órgãos da Administração Direta será exercida pelos Secretários. Art. 39. Constituem atribuições básicas dos Secretários Municipais: I. promover a administração geral da respectiva Pasta, em estreita observância às disposições normativas da Administração Pública Municipal; II. exercer a representação política e institucional da Pasta, promovendo contatos e relações com autoridades e organizações de diferentes níveis governamentais; III. assessorar o Prefeito e colaborar com outros Secretários Municipais em assuntos de competência da Secretaria de que é titular; IV. participar das reuniões do Secretariado com Órgãos Colegiados Superiores quando convocado; V. fazer indicação ao Prefeito Municipal para o provimento de cargos de Direção e Assessoramento da pasta; VI. promover o controle e a supervisão das Entidades da Administração Indireta vinculadas à Secretaria; VII. apreciar, em grau de recurso hierárquico, quaisquer decisões no âmbito da Secretaria, dos Órgãos e das Entidades a ela subordinadas ou vinculadas, ouvindo a autoridade cuja decisão ensejou o recurso, respeitados os limites legais; VIII. decidir, em despacho motivado e conclusivo, sobre assuntos de sua competência; IX. autorizar a instauração de processos de licitação e ratificar a sua dispensa ou declaração de sua inexigibilidade, nos termos da legislação pertinente; X. expedir portarias e atos normativos sobre a organização administrativa interna da Secretaria, não limitada ou restrita por atos normativos superiores e sobre a aplicação de Leis, Decretos ou Regulamentos de interesse da Secretaria, bem como os atos referentes ao disciplinamento das ações e serviços concernentes à competência institucional da Pasta da qual é titular; XI. referendar atos, contratos ou convênios em que a Secretaria seja parte, ou firmá-los, no limite de suas competências legais; XII. desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Prefeito Municipal, nos limites de sua competência constitucional e legal. Art. 40. As atribuições e responsabilidades específicas de cada um dos Secretários poderão ser complementadas em Regulamentos, aprovados por Decreto do Chefe do Poder Executivo. Art. 41. Os Secretários Municipais possuem a seguinte denominação: I. Secretário(a) Municipal da Educação; II. Secretário(a) Municipal da Saúde; III. Secretário(a) Municipal de Obras, Mobilidade e Serviços Públicos; IV. Secretário(a) Municipal da Segurança e Cidadania; V. Secretário(a) Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente; VI. Secretário(a) Municipal dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social; VII. Secretário(a) Municipal da Cultura, Juventude, Esporte e Lazer; VIII. Secretário(a) Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico; IX. Secretário(a) Municipal da Ouvidoria, Controladoria e Gestão; X. Secretário(a) Municipal do Orçamento e Finanças. Art. 42. Os Secretários Municipais terão prerrogativas compatíveis com a dignidade da função. §1º. Equiparam-se a Secretários do Município, com mesmo nível hierárquico, prerrogativas e atribuições do cargo: o Chefe do Gabinete do Prefeito

e o Procurador Geral do Município. §2º. O Chefe do Gabinete e o Procurador Geral do Município possuem remuneração equivalente à de Secretário Municipal, sem prejuízo dos direitos e vantagens previstos em leis específicas. Art. 43. A remuneração dos Secretários Municipais fica fixada na forma do Anexo I desta Lei. TÍTULO VI - DO QUADRO DE PESSOAL - CAPÍTULO I - DOS CARGOS EFETIVOS - Art. 44. O quadro de cargos efetivos do Poder Executivo municipal são os constantes nos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS's) e na legislação municipal vigente. CAPÍTULO II - DOS CARGOS COMISSIONADOS - Art. 45. O quadro de cargos de provimento em comissão da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, com a respectiva remuneração, são os constantes nos Anexos I e II desta Lei. Art. 46. Os cargos de provimento em comissão da Administração Indireta são os definidos em suas Leis específicas. Art. 47. Os cargos de provimento em comissão para gestão dos Fundos Municipais são os definidos em suas Leis específicas. TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - Art. 48. A Imprensa Oficial do Município (IOM), integrante da Administração Pública Indireta do Município de Sobral, empresa pública instituída através da Lei Municipal nº 110, de 13 de março de 1997, constitui-se entidade em processo de extinção, tendo suas atribuições e prerrogativas absorvidas na estrutura do Gabinete do Prefeito. TÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Art. 49. Fica criada a Central de Licitações da Prefeitura de Sobral, ficando vinculada à Secretaria do Orçamento e Finanças. Art. 50. Fica instituído o Diário Oficial do Município de Sobral, instrumento de publicidade dos atos oficiais e institucionais dos Poderes Executivo e Legislativo e dos entes da Administração municipal indireta, sendo parte integrante do Gabinete do Prefeito. Art. 51. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a instituir Unidades de Gerenciamento de Projetos – UGP, no âmbito da Administração Pública Direta. § 1º. As UGP serão responsáveis pelo planejamento, coordenação, implementação e acompanhamento das atividades dos projetos de cooperação técnica ou que tenham caráter transitório. § 2º. O Poder Executivo regulamentará o funcionamento das Unidades de Gerenciamento de Projetos – UGP por meio de Decreto, bem como os respectivos cargos e funções que a integram. Art. 52. As alterações da estrutura administrativa estabelecidas nesta Lei serão implantadas gradativamente, a medida que os demais instrumentos orçamentários, legais e regulamentares forem se concretizando. Art. 53. Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a proceder no orçamento do Município, mediante Créditos especiais, as alterações que se fizerem necessárias para as mudanças decorrentes desta Lei. Parágrafo único. Os órgãos e entidades que sofrerem alteração nas suas atribuições, decorrentes desta Lei, ficam autorizados a realizar a execução orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual, até que sejam realizados os devidos ajustes orçamentários. Art. 54. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar por meio de Decreto, a concessão de Gratificação por Trabalho Técnico Relevante - GTTR e a concessão de Auxílio de caráter indenizatório para custear despesas alimentares e de deslocamento. Art. 55. Os direitos e obrigações dos órgãos sucedidos transferem-se aos órgãos sucessores no limite das competências transferidas. Art. 56. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Fevereiro de 2017. Art. 57. Ficam revogadas as disposições em contrário. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES, FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 02 de fevereiro de 2017. Ivo Ferreira Gomes - PREFEITO DE SOBRAL.

ANEXO I  
QUADRO DE CARGOS DE DIREÇÃO E GERÊNCIA SUPERIOR

CARGO / DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	SIMBOLOGIA	REMUNERAÇÃO (R\$)
SECRETÁRIO	10	S-1	10.000,00
CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO	01	-	10.000,00
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO	01	-	10.000,00
COMANDANTE DA GUARDA MUNICIPAL	01	DNS-1	5.997,00
PROCURADOR ADJUNTO	01	DNS-1	5.997,00
PRESIDENTE DA CENTRAL DE LICITAÇÕES	01	DNS-1	5.997,00
TESOUREIRO	01	DNS-1	5.997,00
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>		

**ANEXO II  
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Cargo	Descrição	Símbologia	Quantidade	Remuneração (R\$)*
Assessor Especial	Liderar, coordenar, assessorar e exercer a autoridade política, programática e instrumental dentro da alta administração setorial, interagindo com o ambiente externo em nível institucional.	DG-1	10	8.000,00
Direção de Nível Superior 1	Coordenar e assessorar a alta administração dentro de sua área de conhecimento específico, auxiliando na definição de estratégias administrativas, desenvolvimento institucional, articulação política; proporcionando a integração horizontal entre os processos finalísticos, os de suporte e a integração vertical entre o tático e o operacional.	DNS-1	04	5.997,00
Direção de Nível Superior 2	Gerenciar, assessorar tecnicamente, acompanhar e executar os projetos e ações de sua área de conhecimento e resultados definidos pela estratégia da administração setorial.	DNS-2	83	3.989,00
Direção de Nível Superior 3	Assistir, articular, executar e operacionalizar atividades técnicas e administrativas dentro da sua área de conhecimento com objetivo de atender os resultados esperados pela administração setorial.	DNS-3	149	2.993,00
Direção de Assessoramento Superior 1	Assistir, apoiar e executar tecnicamente atividades das unidades administrativas do órgão, podendo exercer funções de chefia em equipamentos descentralizados.	DAS-1	162	1.991,00
Direção de Assessoramento Superior 2	Apoiar e executar tecnicamente atividades das unidades administrativas do órgão, podendo exercer funções de chefia em unidades integrantes dos equipamentos descentralizados.	DAS-2	150	1.511,00
Direção de Assessoramento Superior 3	Auxiliar e executar atividades de apoio administrativo	DAS-3	111	1.006,00
Assistente Municipal de Saúde1	Gerenciar, assessorar tecnicamente, acompanhar consultas ambulatoriais, avaliação de diagnóstico, pequenos procedimentos cirúrgicos, educação permanente com a equipe do PSF, orientação em saúde	AMS-1	60	8.792,00
Assistente Municipal de Saúde2	Gerenciar, assessorar tecnicamente, acompanhar e realizar a supervisão da equipe de saúde, controle de estoques, escala de profissionais, educação permanente com a equipe do PSF.	AMS-2	40	3.542,00
Assistente Municipal de Saúde3	Gerenciar, assessorar tecnicamente, acompanhar e realizar os serviços de exodontia, restauração odontológica, análise de diagnóstico bucal, supervisão da equipe de saúde bucal, orientação em saúde na dimensão bucal	AMS-3	40	3.051,00
Assistente Municipal de Saúde4	Gerenciar, assessorar tecnicamente, acompanhar e executar os projetos e atendimentos ambulatoriais, consultas de enfermagem, orientação em saúde, acompanhamento das agentes comunitárias de saúde, visitas domiciliares, educação permanente na dimensão da enfermagem.	AMS-4	60	2.160,00
<b>TOTAL</b>			<b>869</b>	

\*Remuneração total, acrescida de Vencimento Base (VB) de R\$ 358,00 (Trezentos e cinquenta e oito reais)

**SECRETARIA DA GESTÃO**

**SECRETARIA DA OUVIDORIA, CONTROLADORIA E GESTÃO – CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTE ADMINISTRATIVO** – O Secretário da Secretaria da Ouvidoria, Controladoria e Gestão (SECOG) - de Sobral, Raimundo Inácio Neto, no uso de suas atribuições legais, convoca os aprovados classificados abaixo relacionados do Concurso Público para provimento de cargos efetivos de Agente Administrativo – 2016, por ordem de classificação, para recebimento de documentos e exames necessários para nomeação. Os candidatos deverão comparecer à **PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL**, setor do Recursos Humanos – 4º Andar, localizada na Rua Viriato de Medeiros, 1250 – Centro – Sobral (CE), das 08:00 às 12:00, das 13:00 às 17:00, da data da publicação desta até o dia 03/03/2017 às 17:00. Raimundo Inácio Neto – Secretário Municipal. Raimundo Inácio Neto - Secretaria da Ouvidoria, Controladoria e Gestão (SECOG).

**CLASSIFICADOS**

Inscrição	Colocação	Nome do Candidato
2143	1º	LUIZ GONZAGA BASTOS VIANA SOBRINHO
2688	2º	PATRICIA MATIAS SOARES
101	3º	ALYSON BRUNO ARRUDA VIEIRA
65	4º	ALEXANDRE LEVY DE VASCONCELOS
1544	5º	ISABELLE FERREIRA SABINO
2204	6º	MARCO ANTONIO DE MESQUITA PEREIRA
1387	7º	FRANKLIN DOLIGLAS ARCANJO MARIANO
2551	8º	MATEUS RODRIGUES DE AGUIAR
1794	9º	JOSE FREDSON PEREIRA MENDES
469	10º	ARNALDO VICENTE FERREIRA SA
1760	11º	JORGE LUIZ DE SOUSA FERREIRA JUNIOR

267	12º	ANDRE CARLOS DARLEY DE SOUSA CARNEIRO
3068	13º	THAMILY MAGALHAES DIAS
1303	14º	FRANCISCO LAURISMAR FERREIRA GOMES
1090	15º	FRANCISCA MAYRLA DE SOUZA E SILVA
2172	16º	MAGNUM PORTELA PEREIRA
1719	17º	JOAQUIM ARAUJO SILVA JUNIOR
588	18º	CARLOS EDUARDO FERREIRA AGUIAR
1009	19º	FRANCIELE LOPES MOREIRA
775	20º	DIOGENES BENTO TAVARES
19	21º	ADRIANA RODRIGUES MOTA AGUIAR
295	22º	ANNA CAROLLINA DIAS RIPARDO
108	23º	AMANDA FERREIRA GOMES
2583	24º	MIKAEL ALVES NASCIMENTO
2965	25º	SANMYO BARROS DE ALBUQUERQUE
394	26º	ANTONIO EDSON RIBEIRO DE ALMADA
2410	27º	MARIA LAUZIANE DO NASCIMENTO VASCONCELOS
2639	28º	NATHANIEL ALBUQUERQUE VIANA ARAUJO
677	29º	CRISTIANE FARIAS DA CUNHA
1562	30º	ITAMAR AVILA CORREIA
106	31º	AMANDA DE SOUSA BARROS DIAS
1464	32º	GUILHERME MELO GOMES
2289	33º	MARIA DA PENHA MARQUES SILVA
1216	34º	FRANCISCO EDER OLIVEIRA LIMA
2720	35º	PEDRO FRANCISCO AMARAL E SOUZA
1837	36º	JOSE NATANIEL DE ALMEIDA
3148	37º	VICTOR SOUZA FERREIRA
2075	38º	LUCAS FREDERICO MIRANDA BEZERRA
1546	39º	ISAIAS DA SILVA SANTOS
597	40º	CARLOS JANDER VASCONCELOS MORAIS



# SOBRAL

## DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 1.607/2017, de 02 de Fevereiro de 2017

Sobral - Ceará, Segunda-Feira, 06 de Fevereiro de 2017

Ano I, Nº 001

### PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

**ATO Nº 001/2017 - GABPREF - O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Artigo 66, Inciso II da Lei Orgânica do Município, c/c o disposto na Lei Municipal Nº 1.607 de 02 de fevereiro de 2017, RESOLVE nomear o Sr. **DAVID GABRIEL FERREIRA DUARTE**, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO, a partir do dia 01 de fevereiro de 2017. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 03 de fevereiro de 2017. IVO FERREIRA GOMES - Prefeito de Sobral.

**ATO Nº 002/2017 - GABPREF - O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Artigo 66, Inciso II da Lei Orgânica do Município, c/c o disposto na Lei Municipal Nº 1.607 de 02 de fevereiro de 2017, RESOLVE nomear o Sr. **ALEANDRO HENRIQUE LOPES LINHARES**, para exercer o cargo de provimento em comissão de PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, a partir do dia 01 de fevereiro de 2017. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 03 de fevereiro de 2017. IVO FERREIRA GOMES - Prefeito de Sobral.

**ATO Nº 003/2017 - GABPREF - O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Artigo 66, Inciso II da Lei Orgânica do Município, c/c o disposto na Lei Municipal Nº 1.607 de 02 de fevereiro de 2017, RESOLVE nomear **FRANCISCO HERBERT LIMA VASCONCELOS**, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, simbologia S-1, a partir do dia 01 de fevereiro de 2017. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 03 de fevereiro de 2017. IVO FERREIRA GOMES - Prefeito de Sobral.

**ATO Nº 004/2017 - GABPREF - O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Artigo 66, Inciso II da Lei Orgânica do Município, c/c o disposto na Lei Municipal Nº 1.607 de 02 de fevereiro de 2017, RESOLVE nomear **GERARDO CRISTINO FILHO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, simbologia S-1, a partir do dia 01 de fevereiro de 2017. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 03 de fevereiro de 2017. IVO FERREIRA GOMES - Prefeito de Sobral.

**ATO Nº 005/2017 - GABPREF - O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Artigo 66, Inciso II da Lei Orgânica do Município, c/c o disposto na Lei Municipal Nº 1.607 de 02 de fevereiro de 2017, RESOLVE nomear **DAVID MACHADO BASTOS**, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DE OBRAS, MOBILIDADE E SERVIÇOS PÚBLICOS, simbologia S-1, a partir do dia 01 de fevereiro de 2017. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 03 de fevereiro de 2017. IVO FERREIRA GOMES - Prefeito de Sobral.

**ATO Nº 006/2017 - GABPREF - O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Artigo 66, Inciso II da Lei Orgânica do Município, c/c o disposto na Lei Municipal Nº 1.607 de 02 de fevereiro de 2017, RESOLVE nomear **FRANCISCO ERLÂNIO MATOSO DE ALMEIDA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DA SEGURANÇA E CIDADANIA, simbologia S-1, a partir do dia 01 de fevereiro de 2017. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 03 de fevereiro de 2017. IVO FERREIRA GOMES - Prefeito de Sobral.

**ATO Nº 007/2017- GABPREF - O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Artigo 66, Inciso II da Lei Orgânica do Município, c/c o disposto na Lei Municipal Nº 1.607 de 02 de fevereiro de 2017, RESOLVE nomear **MARÍLIA GOUVEIA FERREIRA LIMA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA DO URBANISMO E MEIO AMBIENTE, simbologia S-1, a partir do dia 01 de fevereiro de 2017. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 03 de fevereiro de 2017. IVO FERREIRA GOMES - Prefeito de Sobral.

**ATO Nº 008/2017- GABPREF - O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Artigo 66, Inciso II da Lei Orgânica do Município, c/c o disposto na Lei Municipal Nº 1.607 de 02 de fevereiro de 2017, RESOLVE nomear **JULIO CESAR DA COSTA ALEXANDRE**, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DOS DIREITOS HUMANOS, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, simbologia S-1, a partir do dia 01 de fevereiro de 2017. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 03 de fevereiro de 2017. IVO FERREIRA GOMES - Prefeito de Sobral.

**ATO Nº 009/2017 - GABPREF - O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Artigo 66, Inciso II da Lei Orgânica do Município, c/c o disposto na Lei Municipal Nº 1.607 de 02 de fevereiro de 2017, RESOLVE nomear **IGOR JOSÉ ARAÚJO BEZERRA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DA CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER, simbologia S-1, a partir do dia 01 de fevereiro de 2017. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 03 de fevereiro de 2017. IVO FERREIRA GOMES - Prefeito de Sobral.

**ATO Nº 010/2017- GABPREF - O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Artigo 66, Inciso II da Lei Orgânica do Município, c/c o disposto na Lei Municipal Nº 1.607 de 02 de fevereiro de 2017, RESOLVE nomear **MARCOS AGUIAR VILLAS-BÓAS**, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, simbologia S-1, a partir do dia 01 de fevereiro de 2017. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 03 de fevereiro de 2017. IVO FERREIRA GOMES - Prefeito de Sobral.

**ATO Nº 011/2017 - GABPREF - O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Artigo 66, Inciso II da Lei Orgânica do Município, c/c o disposto na Lei Municipal Nº 1.607 de 02 de fevereiro de 2017, RESOLVE nomear **RAIMUNDO INÁCIO NETO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DA OUVIDORIA, CONTROLADORIA E GESTÃO, simbologia S-1, a partir do dia 01 de fevereiro de 2017. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 03 de fevereiro de 2017. IVO FERREIRA GOMES - Prefeito de Sobral.

**ATO Nº 012/2017 - GABPREF - O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Artigo 66, Inciso II da Lei Orgânica do Município, c/c o disposto na Lei Municipal Nº 1.607 de 02 de fevereiro de 2017, RESOLVE nomear **RICARDO SANTOS TEIXEIRA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DO ORÇAMENTO E FINANÇAS, simbologia S-1, a partir do dia 01 de fevereiro de 2017. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 03 de fevereiro de 2017. IVO FERREIRA GOMES - Prefeito de Sobral.